



Projeto de Lei nº 5.859, de 2013

Acrescenta alínea ao inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes.

AUTOR: Dep. SENADO FEDERAL

RELATOR: Dep. EDMILSON RODRIGUES

APENSADOS: Projeto de Lei nº 6.552, de 2006

Projeto de Lei nº 7.341, de 2006

Projeto de Lei nº 7.153, de 2006

Projeto de Lei nº 131, de 2007

Projeto de Lei nº 1.029, de 2007

Projeto de Lei nº 1.079, de 2007

Projeto de Lei nº 2.106, de 2007

Projeto de Lei nº 2.402, de 2007

Projeto de Lei nº 3.400, de 2008

Projeto de Lei nº 3.591, de 2008

Projeto de Lei nº 4.063, de 2008

Projeto de Lei nº 5.062, de 2009

Projeto de Lei nº 5.142, de 2009

Projeto de Lei nº 6.973, de 2010

Projeto de Lei nº 7.074, de 2010

Projeto de Lei nº 7.475, de 2010

Projeto de Lei nº 1.020, de 2011

Projeto de Lei nº 1.364, de 2011

Projeto de Lei nº 1.472, de 2011

Projeto de Lei nº 2.226, de 2011

Projeto de Lei nº 2.988, de 2011

Projeto de Lei nº 3.930, de 2012

Projeto de Lei nº 4.055, de 2012

Projeto de Lei nº 4.257, de 2012

Projeto de Lei nº 5.083, de 2013

Projeto de Lei nº 5.137, de 2013



Projeto de Lei nº 5.300, de 2013
Projeto de Lei nº 5.407, de 2013
Projeto de Lei nº 5.506, de 2013
Projeto de Lei nº 5.598, de 2013
Projeto de Lei nº 5.600, de 2013
Projeto de Lei nº 5.607, de 2013
Projeto de Lei nº 5.873, de 2013
Projeto de Lei nº 6.766, de 2013
Projeto de Lei nº 6.782, de 2013
Projeto de Lei nº 7.522, de 2014
Projeto de Lei nº 8.012, de 2014
Projeto de Lei nº 8.320, de 2014
Projeto de Lei nº 164, de 2015
Projeto de Lei nº 426, de 2015
Projeto de Lei nº 1.289, de 2015
Projeto de Lei nº 1.310, de 2015
Projeto de Lei nº 1.364, de 2015
Projeto de Lei nº 1.482, de 2015
Projeto de Lei nº 1.491, de 2015
Projeto de Lei nº 1.551, de 2015
Projeto de Lei nº 1.674, de 2015
Projeto de Lei nº 2.038, de 2015
Projeto de Lei nº 2.047, de 2015
Projeto de Lei nº 2.083, de 2015
Projeto de Lei nº 2.866, de 2015
Projeto de Lei nº 2.911, de 2015
Projeto de Lei nº 3.349, de 2015
Projeto de Lei nº 3.397, de 2015
Projeto de Lei nº 3.447, de 2015
Projeto de Lei nº 4.683, de 2016
Projeto de Lei nº 4.762, de 2016

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.859, de 2013, visa alterar a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) das despesas com a aquisição de livros



técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes.

Segundo o autor, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais das mais diversas áreas do conhecimento é a atualização do conteúdo com o qual trabalham. Os preços dos livros técnicos, apesar da isenção de impostos à qual estão submetidos, muitas vezes se tornam um entrave para que as pessoas possam adquirí-los e, com isso, atualizar-se.

O Projeto de Lei nº 6.552, de 2006, visa alterar a lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes não mais até o limite global individual, mas por fases de ensino, multiplicando o montante atualmente permitido pelas fases de ensino.

O autor afirma que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa em responsabilidade da autoridade competente. Essa irregularidade muitas vezes tem se tornado efetiva à medida que o Estado não oferece recursos humanos e materiais aos alunos, acarretando grande evasão dos estudantes para a rede privada de ensino. No entanto, ocorre que os atuais limites de dedução das despesas com educação do Imposto de Renda Pessoa Física sequer são suficientes para cobrir os custos das mensalidades escolares. Por isso, a proposta de ampliação desse limite de dedução por fases de ensino.

Os apensos Projetos de Lei nº 7.341, de 2006, nº 7.475, de 2010, e nº 1.020, de 2011, alteram a lei nº 9.250, de 1995, com o objetivo de permitir a dedução integral das despesas com instrução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.



Segundo os autores, é notória a gradativa deterioração do ensino público brasileiro, fazendo com que os pais tenham que recorrer às instituições privadas de ensino. Apesar disso, a dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes efetuadas a estabelecimentos de ensino deve obedecer ao limite anual constante da Lei nº 9.250, de 1995. Assim, ao propor o fim do limite de dedução das despesas com educação, busca-se promover e incentivar a educação, conforme preceitua o art. 205, da Constituição Federal.

O Projeto de Lei nº 1.029, de 2007, apenso, altera a lei nº 9.250, de 1995, com o objetivo de aumentar a possibilidade de dedução das despesas com educação do contribuinte e de seus dependentes até o limite anual individual de 50% do total de valores pagos, nas categorias de ensino, e acrescenta a possibilidade de deduzir as despesas com educação complementar, que compreendem práticas desportivas, línguas estrangeiras e capacitação tecnológica.

O autor entende que a educação é um direito básico do cidadão garantido pela Constituição, e que deveria ser custeado pelo Estado, o que não acontece de forma adequada no Brasil; além disso, na economia globalizada, o maior beneficiário de um cidadão com formação competitiva e concernente com a realidade mundial é a sociedade, por essa razão não deve existir tal limite.

O Projeto de Lei nº 131, de 2007, apenso, institui a dedução integral dos valores pagos em educação no Imposto de Renda – Pessoa Física, por meio de alteração na alínea b, do inciso II, do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.



O autor lembra que atualmente não é possível deduzir todas as despesas com educação do Imposto de Renda – Pessoa Física. Em seu entender, não deve existir limite para essa dedução, pois o custeio do ensino deveria ser realizado pelo Estado, e não o é de forma adequada. Além disso, os ganhos decorrentes da maior escolaridade são não apenas do contribuinte, mas também de toda a sociedade; portanto, faz sentido que seja possível deduzir tais gastos do Imposto de Renda – Pessoa Física.

Os Projetos de Lei nº 7.153, de 2006, e nº 1.079, de 2007, apensados, acrescentam ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, a possibilidade de deduzir como despesas com educação do contribuinte e de seus dependentes os gastos realizados com educação preparatória para concursos e vestibulares e com aprendizado de idiomas.

Os autores acreditam que, com a crescente complexidade das relações sociais e das atividades produtivas, ocasionada, sobretudo pela globalização, é imperativo o pleno incentivo educacional ao estudo de idiomas estrangeiros e ao ensino universitário, o qual depende da superação do vestibular. Os projetos de lei apensados visam ampliar o atual benefício tributário a essas modalidades de instrução.

O Projeto de Lei nº 2.106, de 2007, altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, para possibilitar a dedução, como despesas com educação do contribuinte e de seus dependentes, dos gastos realizados com a inscrição em vestibulares.

O autor defende que tão importante quanto a educação no ensino médio é a escolha da faculdade pela qual o aluno irá se graduar; nos últimos anos foram abertas diversas instituições de ensino superior no país,



aumentando o número de vagas para cursos de nível superior, o presente projeto de lei foi apresentado com o intuito de garantir que esse acréscimo de vagas amplie as opções de graduação para o estudante.

Em relação à adequação financeira e orçamentária da proposta, o autor ressalta que a despesa se insere nos gastos com educação, que já possui limite anual de dedução na declaração do imposto de renda, assim, a previsão de renúncia permanecerá praticamente a mesma; dessa forma, não há desrespeito às condições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Projeto de Lei nº 2.402, de 2007, apenso, visa alterar o art. 8º da lei nº 9.250, de 1995, para incluir entre as deduções possíveis do Imposto de Renda Pessoa Física os gastos referentes a cursos de idioma estrangeiro, realizados no Brasil ou no exterior.

O autor entende que é premente a necessidade do domínio de línguas estrangeiras, particularmente após a implantação do MERCOSUL, sendo dever do Estado assegurar a dedução de despesas com matrículas e mensalidades em cursos de idiomas estrangeiros.

O Projeto de Lei nº 3.400, de 2008, altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, para possibilitar a dedução de todas as despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes efetuadas em estabelecimentos de ensino.

O autor lembra que não há limites para a dedução dos gastos com saúde, porém, para a área educacional não é dado nem reconhecido tratamento semelhante; assim, por se tratar de um direito social, como a saúde, busca-se a dedução de 100% dos gastos com educação no Imposto de Renda da Pessoa Física.



Projeto de Lei nº 3.591, de 2008, altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, com o objetivo de incluir entre as deduções permitidas do Imposto de Renda Pessoa Física as despesas referentes às aulas de idiomas estrangeiros, às aulas de informática e à aquisição comprovada de material escolar e reajusta em 20% o limite anual individual.

Com intuito de fomentar a qualificação de milhares de brasileiros, lembrando que a educação é direito social, constitucionalmente previsto, e dever do Estado, a ser promovido e incentivado com a colaboração de toda a sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, pelo elevado alcance social da iniciativa, o autor apresenta o Projeto de Lei apenso.

O Projeto de Lei nº 4.063, de 2008, apenso, altera o art. 8º da lei nº 9.250, de 1995, para incluir entre as deduções possíveis do Imposto de Renda Pessoa Física as despesas com cursos de preparação para vestibulares e para concursos públicos.

O autor entende que a educação é tema primordial de política pública. Na realidade brasileira, há muitos jovens sem condições de trabalho e que têm dificuldades para arcar com as despesas de seus estudos preparatórios para vestibulares e para concursos públicos, visando amenizar essas dificuldades, é apresentado o Projeto de Lei em tela.

O Projeto de Lei nº 5.062, de 2009, e o Projeto de Lei nº 2.988, de 2011, apensos, alteram o art. 8º da lei nº 9.250, de 1995, para incluir entre as deduções possíveis do Imposto de Renda Pessoa Física as despesas com material didático escolar.



O autor argumenta que a Constituição Federal estabelece que a educação é direito social de todos os brasileiros. A proposição apresentada busca facilitar o acesso à educação, permitindo a dedução dos gastos com material didático escolar do imposto de renda devido.

O Projeto de Lei nº 5.142, de 2009, apenso, altera o art. 8º da lei nº 9.250, de 1995, para incluir entre as deduções possíveis do Imposto de Renda Pessoa Física as despesas com cursos de preparatórios para ingresso ao ensino superior.

O autor argumenta que grande parte dos estudantes que concluem o ensino médio não ingressam diretamente no ensino superior, tendo que frequentar cursos preparatórios. A proposição visa possibilitar o desconto no Imposto de Renda Pessoa dos valores financeiros gastos com cursos pré-vestibulares e, com isso, não causar maiores desfalques no orçamento doméstico já apertado do trabalhador brasileiro.

O Projeto de Lei nº 7.074, de 2010, do Deputado Fábio Faria, altera a alínea b do item II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir entre as deduções possíveis do Imposto de Renda Pessoa Física os gastos referentes a cursos de idioma estrangeiro.

O autor argumenta que o gasto per capita em educação no Brasil é muito baixo, chegando a ser cinco ou mais vezes menor do que em outros países emergentes, motivo pelo qual apresenta a proposição.

O Projeto de Lei nº 6.973, de 2010, propõe alterar a alínea b do item II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir entre as deduções possíveis do Imposto de Renda Pessoa Física os gastos referentes à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e



tecnológico, inclusive dos não dependentes menores de 23 (vinte e três) anos de idade.

Segundo o autor, o Projeto visa estimular o contribuinte a dar mais oportunidades de acesso ao ensino técnico e universitário a mais jovens que não têm condições financeiras de arcar com tais despesas.

O Projeto de Lei nº 1.364, de 2011, apenso, altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que os professores deduzam da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física as despesas relativas a cursos de formação e de reciclagem, despesas com participação em congressos científicos e compras de publicações, revistas e livros, respeitado o limite anual individual estabelecido na alínea “b” do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995.

O Projeto de Lei nº 1.472, de 2011, apenso, altera o inciso IV do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para diminuir as exigências comprobatórias de dependência, com vista à desburocratização, estabelecendo que o menor de 21 anos, pobre, que o contribuinte crie e eduque, conforme declaração comprobatória de responsabilidade financeira, expedida pela instituição educacional concernente, possa ser declarado dependente para fins de tributação, não sendo mais necessária a guarda judicial.

O Projeto de Lei nº 2.226, de 2011, altera a alínea “b” do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permitindo a dedução dos pagamentos com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite individual anual de: R\$ 3.500,00, relativamente à educação infantil; R\$ 5.000,00, relativamente ao ensino médio e



à educação profissional; e R\$ 7.000,00, relativamente à educação superior, graduação e pós-graduação.

O Projeto de Lei nº 3.930, de 2012, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, permitindo o desconto ilimitado no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de gastos com educação relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico do contribuinte e seus dependentes.

O Projeto de Lei nº 4.055, de 2012, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda da pessoa física, para excluir o limite de dedução com Educação.

O Projeto de Lei nº 4.257, de 2012, apenso, dispõe sobre a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, permitindo a dedução integral dos gastos com instrução do próprio contribuinte e de seus dependentes, dando nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, alterada pelo art. 3º da Lei nº 11.482, de 2007.

O Projeto de Lei nº 5.083, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 1995, instituindo dedução integral no Imposto de Renda Pessoa Física dos valores pagos com instrução.

O Projeto de Lei nº 5.137, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, da integralidade das despesas do contribuinte e seus dependentes com educação, inclusive cursos livres.



O Projeto de Lei nº 5.300, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 1995, estabelecendo o limite anual de 10% (dez por cento) do valor de rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual referente a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes.

O Projeto de Lei nº 5.407, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, de modo a permitir a dedução integral das despesas com educação na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.

O Projeto de Lei nº 5.506, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, de modo a permitir a dedução de gastos com cursos de línguas estrangeiras e com aquisição de material escolar e didático na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas.

O Projeto de Lei nº 5.598, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, de modo a tornar sem limite a dedutibilidade de despesas com instrução, para efeito da formação da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2015.

O Projeto de Lei nº 5.600, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, de modo a excluir o teto limitativo das despesas com instrução do Imposto de Renda Pessoa Física e acrescentando como despesas dedutíveis do IRPF, os gastos com cursos de idiomas, artes e informática. O Projeto também prevê a dedutibilidade da base de cálculo do Imposto de Renda de despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.



O Projeto de Lei nº 5.607, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, de modo a ampliar para R\$ 8.000,00, o limite da dedutibilidade de despesas de instrução para efeito da formação da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas.

O Projeto de Lei nº 5.873, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, objetivando a dedução de metade das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.

O Projeto de Lei nº 6.766, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, objetivando a supressão dos limites dos gastos realizados com educação dos filhos na declaração anual de imposto de renda para verificação da base de cálculo.

O Projeto de Lei nº 6.782, de 2013, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.



O Projeto de Lei nº 7.522, de 2014, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas com a aquisição de livros realizados por professores e seus dependentes, até o limite de R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), a partir do ano-calendário de 2015.

O Projeto de Lei nº 8.012, de 2014, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução integral da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental.

O Projeto de Lei nº 8.320, de 2014, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para modificar os limites quanto à dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas educacionais do contribuinte e seus dependentes, para até o montante de um salário mínimo ao mês, no montante máximo de 12 salários mínimos ao ano, por cada contribuinte e cada um seus dependentes.

O Projeto de Lei nº 164, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para que se possa deduzir integralmente as despesas com educação do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a partir do ano-calendário 2016.

O Projeto de Lei nº 426, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedutibilidade das despesas com atividades desportivas realizadas pelo contribuinte e seus dependentes em



estabelecimentos de prática desportiva regularmente constituídos, desde que supervisionados por profissional habilitado nos termos da lei, até o limite de R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

O Projeto de Lei nº 1.289, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de estabelecer novo parâmetro de dedução do imposto de renda para os gastos com educação.

O Projeto de Lei nº 1.310, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com atividades físicas do contribuinte e de seus dependentes.

O Projeto de Lei nº 1.364, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com livros, com material didático e com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.

O Projeto de Lei nº 1.482, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas a aquisição de livros técnicos afetos à área de atuação profissional do contribuinte e para a participação, com ônus próprio, em congressos científicos afetos à área de atuação profissional do contribuinte.



O Projeto de Lei nº 1.491, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.

O Projeto de Lei nº 1.551, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de permitir que a pessoa jurídica tributada com base no lucro real possa deduzir do imposto de renda devido, em cada período de apuração, valor correspondente a uma vez e meia o montante das despesas com o pagamento de esportes ou exercícios físicos para os empregados obesos, com índice de massa corpórea (IMC) igual ou superior a 30 Kg/m².

O Projeto de Lei nº 1.674, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico; e à aulas de idioma estrangeiro.

O Projeto de Lei nº 2.038, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de



cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas em favor do próprio contribuinte pessoa física e de seus dependentes, de serviços relacionados à prática de exercícios físicos e esportes, incluindo orientação, espaço e equipamentos.

O Projeto de Lei nº 2.047, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com o objetivo de elevar o valor da dedução individual por dependente na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas para o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), a partir do ano-calendário de 2016.

O Projeto de Lei nº 2.083, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas efetuadas a estabelecimentos de prática desportiva regularmente constituídos, relativamente a atividades desportivas realizadas pelo contribuinte e seus dependentes, bem como a aquisições dos materiais esportivos comprovadamente utilizados nessas atividades.

O Projeto de Lei nº 2.866, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas efetuadas com serviços de profissionais de educação física e academias de ginástica.

O Projeto de Lei nº 2.911, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas efetuadas com formação profissional de pilotos de aeronaves nas deduções do Imposto de Renda de Pessoa Física.



O Projeto de Lei nº 3.349, de 2015, apenso, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1996, para possibilitar dedução de base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de pagamento de despesas com academia de ginástica ou em outros esportes até o limite máximo de 5% do imposto de renda devido.

Por fim, os Projetos de Lei nº 3.397 de 2015, nº 3.447 de 2015, nº 4.683 de 2016 e 4.762 de 2016 aumentam o rol de despesas dedutíveis em educação, dentro do limite individual previsto na legislação.

O Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015) em seu art. 113, estabelece que as proposições legislativas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita pública ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando memória de cálculo respectiva e



correspondente compensação, para efeito de adequação financeira e orçamentária e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. As proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

O artigo 114 da LDO 2016 condiciona a aprovação de projeto de lei ou a edição de medida provisória que institua ou altere receita pública ao acompanhamento da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implantadas tais medidas.

O Projeto de Lei nº 5.859, de 2013, assim como o Projeto de Lei nº 1.482, de 2015, permitem a dedução das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de



livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes. O Projeto de Lei nº 6.552, de 2006, e o Projeto de Lei nº 2.226, de 2011, aumentam o limite global de dedução das despesas de educação do Imposto de Renda Pessoa Física, ao permitir que esse limite seja usado em cada fase do ensino formal, aumentando o montante da renúncia fiscal.

Os Projetos de Lei nº 7.341, de 2006, nº 131, de 2007, nº 3.400, de 2008, nº 7.475, de 2010, nº 1.020, de 2011, nº 3.930, de 2012, nº 4.055, de 2012, nº 4.257, de 2012, nº 5.083, de 2013, nº 5.137, de 2013, nº 5.407, de 2013, nº 5.598, de 2013, 6.766, de 2013, 6.782, de 2013, 8.012, de 2014, 164, de 2015, e e 1.674, de 2015 permitem a dedução integral das despesas com educação; os Projetos de Lei nº 1.029, de 2007, e nº 5.873, de 2013, permitem a dedução de até 50% das despesas com educação, todos eles ampliam a renúncia fiscal; o Projeto de Lei nº 5.607, de 2013 permite a dedução até o limite de R\$ 8.000,00; o Projeto de Lei nº 8.320, de 2014, permite a dedução até o limite de 12 salários mínimos por dependente; o Projeto de Lei nº 2.047, de 2015, permite a dedução até o limite de R\$6.000,00 pro dependente..

O Projeto de Lei nº 3.591, de 2008, além de acrescentar novas possibilidades de deduções ao Imposto de Renda Pessoa Física, altera em 20% o limite para despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, aumentando a renúncia fiscal. O Projeto de Lei nº 1.310, de 2015, acrescenta os gastos com atividades físicas como sendo dedutíveis do IPPF.

O Projeto de Lei nº 5.300, de 2013, altera para 10% o limite para despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, aumentando a renúncia fiscal, sem, no entanto, estimar o montante da renúncia, a compensação e o termo de vigência de no máximo 5 anos.



Os Projetos de Lei nº 7.153, de 2006, nº 1.079, de 2007, nº 2.106, de 2007, nº 2.402, de 2007, nº 4.063, de 2008, nº 5.062, de 2009, nº 5.142, de 2009, nº 7.074, de 2010, nº 1.364, de 2011, nº 2.988, de 2011, nº 5.506, de 2013, nº 5.600, de 2013, 7.522, de 2014, 426, de 2015, 1.289, de 2015, 1.364, de 2015, 1.491, de 2015, 2.083, de 2015, 2.866, de 2015, 2.911, de 2015, e 3.349 de 2015, acrescentam às possibilidades de deduções das despesas com educação do Imposto de Renda Pessoa Física, as despesas referentes a cursos de idiomas, cursos de informática, cursos pré-vestibulares, inscrição em vestibular e aquisição de material escolar, despesas de instrução e aperfeiçoamento de professores, atividades desportivas; tais projetos de lei aumentam a renúncia fiscal, sem, no entanto, estimar o montante da renúncia, a compensação e o termo de vigência de no máximo 5 anos, restando, portanto, inadequado orçamentária e financeiramente por aumentar a renúncia fiscal sem ter havido apresentação dos requisitos legais para sua adequabilidade.

O Projeto de Lei nº 1.551, de 2015, apenso, introduz uma nova possibilidade de dedução, que é deduzir o valor correspondente a uma vez e meia o montante das despesas com o pagamento de esportes ou exercícios físicos para os empregados obesos. O Projeto de Lei nº 2.038, de 2015, apenso, de modo semelhante, introduz hipótese de para possibilitar a dedução da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas das despesas em favor do próprio contribuinte pessoa física e de seus dependentes, de serviços relacionados à prática de exercícios físicos e esportes, incluindo orientação, espaço e equipamentos. Entretanto, tais projetos não apresentam montante da renúncia ou forma de sua compensação, motivo pelo qual entendemos estar esses projetos inadequados orçamentária e financeiramente, ficando, assim, prejudicado o exame dos respectivos mérito, em conformidade com o art. 10 da Norma Interna – CFT, supramencionada.



O Projeto de Lei nº 6.973, de 2010, apenso, introduz uma nova possibilidade de dedução, que é deduzir despesas de não dependentes, entendemos que esse caso aumentaria muito a dedução de despesas com educação, sem apresentação do montante da renúncia ou forma de sua compensação, motivo pelo qual entendemos estar esse projeto inadequado orçamentária e financeiramente, ficando, assim, prejudicado o exame do respectivo mérito, em conformidade com o art. 10 da Norma Interna – CFT, supramencionada.

Pelo mesmo motivo, também deve ser considerado inadequado orçamentária e financeiramente o Projeto de Lei nº 1.472, de 2011, pois flexibiliza a comprovação de dependência, não mais havendo a necessidade de haver a guarda judicial do menor, mas apenas uma declaração da dependência financeira, o que vai gerar aumento na renúncia fiscal sem apresentação do montante e maneira de sua compensação, ficando, assim, também, prejudicado o exame do respectivo mérito, em conformidade com o art. 10 da Norma Interna – CFT, supramencionada.

O Projeto de Lei nº 5.859, de 2013, e os apensos Projetos de Lei n^{os} 6.552, de 2006, 7.341, de 2006, 131, de 2007, 1.029, de 2007, 3.400, de 2008, 3.591, de 2008, 7.475, de 2010, 1.020, de 2011, 2.226, de 2011, 3.930, de 2012, 4.055, de 2012, 4.257, de 2012, 5.083, de 2013, 5.137, de 2013, 5.300, de 2013, 5.407, de 2013, 5.506, de 2013, 5.598, de 2013, 5.600, de 2013, 5.873, de 2013, 6.766, de 2013, 6.782, de 2013, 8.012, de 2014, 8.320, de 2014, 164, de 2015, 1.310, de 2015, 1.482, de 2015, 1.491, de 2015, 1.674, de 2015, 2.047, de 2015, 2.083, de 2015, 2.866, de 2015, 2.911, de 2015, e 3.349, de 2015 estão inadequados orçamentária e financeiramente por aumentarem a renúncia fiscal sem ter havido apresentação dos requisitos legais para sua adequabilidade: o



montante da renúncia, a compensação e o termo de vigência de no máximo 5 anos, ficando, assim, prejudicado o exame dos respectivos méritos, em conformidade com o art. 10 da Norma Interna – CFT, supramencionada.

Os apensos Projetos de Lei n^{os} 7.153, de 2006, 1.079, de 2007, 2.106, de 2007, 2.402, de 2007, 4.063, de 2008, 5.062, de 2009, 5.142, de 2009, 6.973, de 2010, 1.472, de 2011, 7.074, de 2010, 1.364, de 2011, 2.988, de 2011, 5.607, de 2013, 7.522, de 2014, 426, de 2015, 1.289, de 2015, 1.364, de 2015, 1.551, de 2015, e 2.038, de 2015, 3.397, de 2015, 3.447 de 2015, 4.683 de 2016 e 4.762 de 2016 estão incompatíveis e inadequados financeira e orçamentariamente, por aumentarem as possibilidades de dedução dentro do limite individual previsto na legislação, sem, no entanto, estimar o montante da renúncia, a compensação e o termo de vigência de no máximo 5 anos.

Portanto, conforme indica a Consultoria de Orçamento, tais PLs possuem inadequação orçamentária. Para corrigir tais problemas, apresento substitutivo, que prevê todas as novas deduções propostas neste projetos, com o limite por contribuinte de R\$ 2.000 anuais, durante o prazo de 5 anos.

Considerando-se que o país possui 15.170.717 de declarantes de Imposto de Renda Pessoa Física com IR a pagar (conforme dados da DIRPF 2014), o substitutivo proposto geraria uma renúncia máxima de receita anual no valor de R\$ 30,3 bilhões, que deverá ser compensada com uma alíquota adicional de 10% de Imposto de Renda sobre os ganhos com títulos da dívida pública federal.

Considerando que a dívida pública mobiliária federal interna se encontra na casa dos R\$ 4 trilhões (incluindo-se as operações de mercado aberto do Banco Central), e considerando-se uma taxa de juros de 10% ao ano (taxa



esta bastante inferior à atual), o acréscimo em 10% na alíquota incidente sobre os ganhos com juros da dívida pública geraria uma receita adicional de cerca de R\$ 40 bilhões anuais, valor este mais que suficiente para compensar as perdas de receita decorrentes do substitutivo.

Ressalta-se que as taxas de juros brasileiras são as maiores do mundo, várias vezes superiores às taxas vigentes em países como os EUA e na Europa. Portanto, não cabe o argumento de que, para fazer face a este aumento de alíquota, o governo deveria aumentar ainda mais as taxas de juros, para evitar supostos prejuízos aos grandes bancos, que atualmente já apresentam grande lucratividade.

Pelo exposto, **VOTO PELA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA** do PROJETO DE LEI nº 5.859, de 2013, e dos apensos PROJETOS DE LEI nºs 6.552, de 2006, 7.153, de 2006, 7.341, de 2006, 131, de 2007, 1.029, de 2007, 1.079, de 2007, 2.106, de 2007, 2.402, de 2007, 3.400, de 2008, 3.591, de 2008, 4.063, de 2008, 5.062, de 2009, 5.142, de 2009, 6.973, de 2010, 7.074, de 2010, 7.475, de 2010, 1.020, de 2011, 1.364, de 2011, 1.472, de 2011, 2.226, de 2011, 2.988, de 2011, 3.930, de 2012, 4.055, de 2012, 4.257, de 2012, 5.083, de 2013, 5.137, de 2013, 5.300, de 2013, 5.407, de 2013, 5.506, de 2013, 5.598, de 2013, 5.600, de 2013, 5.607, de 2013, 5.873, de 2013, 6.766, de 2013, 6.782, de 2013, 7.522, de 2014, 8.012, de 2014, 8.320, de 2014, 164, de 2015, 426, de 2015, 1.289, de 2015, 1.310, de 2015, 1.364, de 2015, 1.482, de 2015, 1.491, de 2015, 1.551, de 2015, 1.674, de 2015, 2.038, de 2015, 2.047, de 2015, 2.083, de 2015, 2.866, de 2015, 2.911, de 2015, 3.349 de 2015, 3.397, de 2015, 3.447 de 2015, 4.683 de 2016 e 4.762 de 2016, desde que na forma do substitutivo apresentado, e, no mérito, pela aprovação de todos os PLs, na forma do substitutivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado EDMILSON RODRIGUES

Relator



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.859, DE 2013
(e Apensos)

Acrescenta alínea ao inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “I”:

“Art. 8º

II -

I) às despesas relacionadas nesta alínea, até o limite anual individual de R\$ 2.000 (dois mil reais), reajustados anualmente conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo):

1. aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes, e para a participação, com ônus próprio, em congressos científicos afetos à área de atuação profissional do contribuinte;
2. curso de idioma estrangeiro;
3. aulas de informática;
4. aquisição de material escolar;
5. cursos de formação e de reciclagem, despesas com participação em congressos científicos e compras de publicações, revistas e livros;
6. educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

7. atividades físicas e desportivas realizadas pelo contribuinte e seus dependentes em estabelecimentos de prática desportiva regularmente constituídos, desde que supervisionados por profissional habilitado nos termos da lei, incluindo orientação, espaço e equipamentos.

.....

Art. 2º Fica criada a alíquota adicional de 10% de Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos auferidos a partir de títulos da dívida pública federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir do ano seguinte à de sua publicação, e vigorará pelo prazo de cinco anos.

Sala da Comissão, em de de 2016

Deputado EDMILSON RODRIGUES
PSOL/PA